

Ata da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRÓ-GESTÃO

RPPS

Data e Horário: 27/08/2021 - 15h às 18h

Local: via Microsoft Teams

Pauta: Apresentação das primeiras propostas dos grupos de trabalho criados na reunião do dia 01/06/2021, aprovação passo da adesão a certificação a passo GT 1- avisos gerais sobre a certificação profissional- outros assuntos

Memória da reunião: Verificada a presença dos membros relacionados ao final desta ata, o Presidente da Comissão do Pró-Gestão RPPS (Sr. Miguel Chaves) agradeceu a presença de todos os membros e deu início com os avisos gerais informando que foram indicados o servidores Marcos Ferreira da Silva do TCE – RJ como titular e Gislene Rodrigues Menezes do TCE-RO como suplente para comporem a comissão em substituição ao Eduardo e karisia do TCE-MT. Miguel informou que a minuta está pronta. Alexx entrevistou sugerindo que fosse feita uma única portaria com os nomes de todos os membros para que constem em apenas uma e as demais sejam revogadas. Observou também que o Secretário de Previdência Narlon destacou que seria importante impor ações aos entes que aderiram há mais de dois anos e ainda não certificaram. Miguel apontou que estará em discussão no grupo que trata da revisão do manual, o prazo para o ente se certificar após a adesão, sob pena de ter a adesão revogada. Miguel deu continuidade informando que o cadastro do Pró-Gestão no CADPREV está concluído e que os entes já podem inserir os termos de adesão por meio do sistema. A SRPPS irá fazer ampla divulgação. Quanto ao cadastro das certificações pelas entidades certificadoras, aguarda apenas um ajuste no CADPREV e tão logo seja concluído faremos uma oficina com as entidades certificadoras para orientação quanto a inserção das auditorias programadas e certificação. Um passo a passo foi feito e já se encontra

pronto para envio às entidades certificadoras. Esse novo cadastro será amplamente divulgado, inclusive no evento da ABIPEM que irá ocorrer em Florianópolis-SC no período de 15 a 17/09/2021. Informou ainda, que será iniciada a demanda relacionada a certificação dos profissionais no CADPREV. Prosseguindo Miguel informou que com o recebimento das primeiras propostas de credenciamento de entidade, sugere marcar reunião presencial para deliberação dessas entidades. Ficou marcada para os dias 21 e 22/09 no período de 08h30 às 18h na sede da SRPPS em Brasília. Passados os avisos gerais, Miguel passou para o próximo item: análise das propostas dos grupos de trabalho. Foi colocado em pauta a aprovação do passo a passo da adesão à certificação. Foi feita uma explanação breve sobre o trabalho e colocado em votação sendo aprovado por unanimidade; em seguida será feita diagramação para ampla divulgação. Marcia fará o contato com os entes que ainda não enviaram o termo de adesão, que o façam para que seja feito todo o fluxo no cadprev. Miguel levantou a possibilidade de oportunamente ser criada uma sala virtual para atendimento ao Pró-Gestão em seguida deu continuidade, solicitando aos membros do GT2 de revisão do regimento interno que se posicionem acerca do andamento dos trabalhos, ressaltando a importância de se fazer as alterações em função das novas atribuições da Comissão em relação à Certificação Profissional, além do tratamento das situações em que a comissão rejeita algum credenciamento. Todas as questões por ventura apresentadas são equacionadas reportando-se ao regimento interno, devendo portanto, estar atualizado para atender todas as demandas. Luciano fez breve apresentação do andamento dos trabalhos do grupo colocando que o grupo entendeu que o rito deve ser o mesmo do Pró-Gestão em relação às certificadoras e que identificaram a importância de ficar registrado no manual a questão relacionada ao conflito de interesses, assim como sigilo das informações por parte dos membros da comissão, sendo proposto que cada membro assine compromisso de confidencialidade em relação às informações do sigilo comercial e dados confidenciais das entidades certificadoras, o que teve o acordo de todos presentes. Luciano continuou a apresentação do material construído separando nos primeiros itens o que é comum aos dois programas e em seguida o que é peculiar de cada um. Está sendo pensado uma sigla para a Comissão (COMCERTI), Luciano destacou ainda a importância de deixar claro no regimento que o direito a voto é do membro titular e na falta desse será contado o voto do suplente, essa questão não está clara na versão atual. Quanto ao documento de confidencialidade, foi sugerido que seja assinado por meio do SEI. Miguel sugeriu que fosse deliberado a aprovação do Regimento Interno na próxima reunião da Comissão.

Seguindo a pauta Miguel apresentou a primeira versão do perguntas e respostas preparado a partir do perguntas frequentes da portaria 9/907/2020, incluindo os principais pontos do manual de certificação profissional, que será enviado a todos os membros para sugestão e posterior publicação no portal e divulgação nos eventos. O documento foi aprovado apenas com a ressalva de que as questões relacionadas aos entes que possuem apenas o conselho municipal de previdência exercendo as duas funções, ou seja não têm definidos os conselhos deliberativo e fiscal, considerando que a lei 13.846/2018 não trata da questão claramente, não deveria ser inserido por não haver determinação clara. Sara ressaltou que não há uma legislação federal que determine a segregação desses conselhos. Alex e Claudia concordaram que não há essa normatização de forma clara que exija a existência dos dois conselhos segregados, exigência que só será consolidada na edição da LRP-Lei de Responsabilidade Previdenciária que é onde sairá expressamente essa exigência, Alex sugeriu que essa questão seja tratada em reunião do CNRPPS. Miguel ressaltou que havendo alguma sugestão no “Perguntas e Respostas”, que seja enviada até sexta-feira que vem (03/09) para que possamos publicar na segunda-feira(06/09). Miguel deu continuidade lembrando que o GT4 da revisão do manual, deverá dar início às atividades em setembro, pois há várias alterações a serem feitas. Em seguida, Miguel colocou a situação vivida por vários entes em relação ao relatório de investimentos que embora tenha sido alterado para emissão semestral ainda existe dificuldade para definição do que deve constar no relatório e que esse item deve ser discutido na revisão do manual baseado em experiências que são vivenciadas pelos entes. A Rebeca que participou como ouvinte se colocou à disposição para auxiliar na revisão do manual, considerando que está havendo divergências de entendimentos entre o ente e o auditor da certificadora, citando o caso específico de Recife que está com auditoria em andamento para certificação nível III. Deliberou-se que a Rebeca poderá contribuir e será bastante profícuo. Roberto Moises intercedeu informando que houve questionamento por parte de tribunal de contas no CNRPPS em relação a segregação de função, quando um membro do no comitê de investimentos é também membro do conselho fiscal, é preciso avaliar como serão feitas as mudanças. Alex informou que em reunião com o João Figueiredo da ABIPEM, houve questionamento acerca do item relacionado a saúde e segurança do trabalhador, considerando que o RPPS não tem mais auxílio-doença, mas lembrou que há benefício por incapacidade. Claudia lembrou que há diversas alterações que precisam ser feitas em razão da EC 103/2019 pois há que se observar que o Pró-Gestão envolve responsabilidades não apenas do RPPS, mas do ente também. Miguel ratificou a

importância de atualizar o manual não apenas pelas melhorias minimizando as dificuldades do ente, mas para atualização da legislação. Dando prosseguimento Miguel citou o GT4.1 que irá tratar das ALM e solicitou o posicionamento acerca dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos. Luciano apresentou a primeira proposta que prevê alteração na política de investimentos deixando livre ao ente o uso da ALM e sem exigência para os níveis I e II em função do alto custo para o ente e muitas vezes não é utilizado. Hélio levantou a preocupação no sentido de que a entidade certificadora pode ter dúvidas quanto as evidências que devem ser analisadas para o cumprimento da ação, Miguel concordou dizendo que é necessário que o manual deixe claro que documentos serão aceitos para o cumprimento da ação. Luciano esclareceu que essas questões poderão ser comprovadas mediante alterações feitas nos relatórios de gestão. Claudia considerou que a ideia partiu do fato de que a exigência da ALM não está trazendo a efetividade necessária e o controle e acompanhamento seja realmente feito. Miguel ressaltou que o assunto é bem relevante e precisa ser bem discutido. Solicitou que o grupo amadurecesse a ideia e trouxesse para próxima reunião para que seja definido, de forma que a questão possa ser flexibilizada mas com instrumentos que tornem claras as evidências para a auditoria verificar o cumprimento das ações. Miguel sugeriu que enquanto não se altera o manual, podemos fazer uma recomendação às entidades certificadoras que podem flexibilizar o uso da ALM nas auditorias caso seja deliberado na próxima reunião. Solicitou ao Luciano que faça uma proposta para a próxima reunião e havendo o consenso enviaremos uma recomendação as entidades certificadoras.

Considerações finais:

Miguel finalizou agradecendo a participação de todos e ficou definido que a próxima reunião virtual será no dia 30/09 para apresentação de outras propostas dos grupos de trabalho.

Encerramento: Não havendo mais pronunciamento, deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos.

Em, 27 de agosto de 2021.


Márcia Lúcia Paes Caldas
Secretária

Participaram desta reunião:

Miguel Antônio Fernandes Chaves-SPREV, Hélio Carneiro Fernandes-SPREV, Márcia Lúcia Paes Caldas-SPREV, Luciano Marques Silva-SPREV, Julio Romeu Maciel dos Santos-SPREV, Claudia Fernanda Iten-ASSIMPASC, Renan Aguiar-PREVIMPA-Porto Alegre-RS, Roberto Moisés-AL Previdência Sara Maria Rufino de Souza-TCE-PB, Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira-Estado de Rondônia e Rebeca Alves como ouvinte por parte do Manoel Carneiro, Alex Rabelo CGACI e Allex Albert Rodrigues Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência, como convidado.